



## Entre a formação e a reprodução: a escola nas tramas da Teoria Unitária Marxista da Reprodução Social

### *Between Formation and Reproduction: The School in the Framework of Marxist Unitary Social Reproduction Theory*

Pedro Alves Gomes

Lorena Ribeiro

**Resumo:** O presente estudo analisa as contradições constitutivas do ambiente escolar a partir da teoria unitária marxista da Teoria da Reprodução Social. Parte-se do pressuposto de que a escola, inserida na totalidade das relações sociais capitalistas, não pode ser compreendida como uma instituição neutra ou exclusivamente formativa, mas como um espaço atravessado por determinações estruturais que articulam produção e reprodução da vida social. A teoria unitária, desenvolvida por autoras como Lise Vogel, Nancy Fraser e Tithi Bhattacharya, permite compreender a reprodução social como dimensão constitutiva da acumulação capitalista, superando dicotomias entre esfera produtiva e reprodutiva. A partir de pesquisa bibliográfica de caráter teórico, o estudo examina o papel da escola na reprodução das relações sociais, evidenciando suas funções na formação da força de trabalho, na produção de consensos e na mediação ideológica, sem desconsiderar suas possibilidades contraditórias de formação crítica. Argumenta-se que o ambiente escolar constitui um espaço de tensão permanente entre formação humana e adaptação às exigências do capital, revelando-se como território de disputa no interior da sociabilidade capitalista. Conclui-se que a análise da escola à luz da teoria unitária amplia a compreensão de seus limites estruturais e de suas possibilidades históricas de transformação.

**Palavras-chave:** teoria da reprodução social; ambiente escolar; marxismo; educação; contradição; totalidade social.

**Abstract:** This study analyzes the constitutive contradictions of the school environment based on the unitary Marxist theory of Social Reproduction. It assumes that the school, embedded within the totality of capitalist social relations, cannot be understood as a neutral or exclusively formative institution, but rather as a space shaped by structural determinations that articulate production and reproduction of social life. The unitary approach to social reproduction, developed by authors such as Lise Vogel, Nancy Fraser, and Tithi Bhattacharya, enables an understanding of social reproduction as constitutive of capitalist accumulation, overcoming dichotomies between productive and reproductive spheres. Based on a theoretical bibliographic study, the article examines the role of the school in reproducing social relations, highlighting its functions in shaping labor power, producing consensus, and mediating ideology, while also recognizing its contradictory potential for critical formation. It argues that the school environment constitutes a permanent field of tension between human formation and adaptation to capital's demands, revealing itself as a terrain of dispute within capitalist sociability. The study concludes that analyzing the school through the lens of unitary social reproduction theory broadens the understanding of its structural limits and its historical possibilities for transformation.

**Keywords:** social reproduction theory; school environment; marxism; education; contradiction; social totality.

## INTRODUÇÃO

A escola ocupa posição central nas sociedades contemporâneas, sendo frequentemente apresentada como espaço privilegiado de formação humana, mobilidade social e promoção da cidadania. No entanto, tal compreensão tende a obscurecer as determinações históricas e estruturais que configuram o ambiente escolar no interior da sociabilidade capitalista. Longe de constituir uma instituição neutra ou puramente emancipadora, a escola integra a totalidade das relações sociais e participa, de maneira contraditória, dos processos de produção e reprodução da vida social. Compreender essa contradição exige ultrapassar análises funcionalistas ou meramente descritivas e situar a escola no movimento mais amplo da reprodução social.

A tradição marxista oferece instrumentos teóricos fundamentais para essa tarefa. Em *O Capital*, Karl Marx demonstra que a reprodução da sociedade capitalista depende não apenas da produção de mercadorias, mas da reprodução contínua da força de trabalho e das condições sociais que a tornam disponível à exploração. Tal compreensão desloca o foco da análise econômica estrita para a totalidade das práticas sociais que garantem a permanência das relações capitalistas. Nesse sentido, a educação escolar não pode ser compreendida isoladamente, mas como parte constitutiva do complexo processo de reprodução das relações sociais.

Nos últimos anos, a Teoria da Reprodução Social, especialmente em sua formulação unitária, aprofundou essa perspectiva ao superar a separação rígida entre esfera produtiva e esfera reprodutiva. A abordagem desenvolvida por Lise Vogel, posteriormente ampliada por autoras como Nancy Fraser, Tithi Bhattacharya e Cinzia Arruzza, sustenta que produção e reprodução constituem momentos diferenciados, porém indissociáveis, do mesmo processo social. A reprodução da força de trabalho — que envolve educação, cuidados, socialização e formação cultural — não é externa ao capital, mas condição interna e necessária à sua continuidade.

A teoria unitária, ao enfatizar a centralidade da reprodução social na dinâmica da acumulação, permite compreender a escola como instituição que participa diretamente da produção das condições subjetivas e objetivas da força de trabalho. Ao mesmo tempo em que transmite conhecimentos sistematizados, a escola contribui para a internalização de normas, valores, temporalidades e hierarquias compatíveis com as exigências do trabalho assalariado e da ordem social vigente. Contudo, essa função reprodutiva não se realiza de forma mecânica ou linear. A própria inserção da escola nas contradições da sociedade capitalista a transforma em espaço de tensão, disputa e mediação.

A literatura crítica da educação já apontou o caráter contraditório da instituição escolar. Autores como Antonio Gramsci evidenciaram o papel da escola

na construção da hegemonia, enquanto Dermeval Saviani destacou seu duplo movimento: ao mesmo tempo em que reproduz desigualdades estruturais, pode constituir espaço de acesso ao conhecimento historicamente produzido e, portanto, de ampliação das possibilidades de consciência crítica. A tensão entre formação humana e adaptação às exigências do mercado revela-se, assim, constitutiva do ambiente escolar.

Entretanto, muitas análises permanecem limitadas por uma compreensão dualista que separa rigidamente reprodução e emancipação, como se a escola fosse ora instrumento de dominação, ora espaço autônomo de libertação. A teoria unitária da reprodução social oferece uma chave interpretativa mais sofisticada ao compreender a contradição como elemento estrutural da própria totalidade social. A escola não é contraditória apesar do capitalismo; ela é contraditória porque está inserida em uma sociabilidade fundada na exploração do trabalho e na reprodução ampliada do capital.

Desse modo, o ambiente escolar pode ser compreendido como território no qual se expressam tensões entre universalização formal do acesso e desigualdade material das condições de aprendizagem; entre discurso inclusivo e precarização das políticas públicas; entre promessa de mobilidade social e reprodução das hierarquias de classe, raça e gênero. Essas contradições não são meramente conjunturais, mas derivam das determinações estruturais que articulam produção e reprodução na sociedade capitalista.

Partindo dessas considerações, o presente estudo tem como objetivo analisar as contradições constitutivas do ambiente escolar à luz da teoria unitária marxista da reprodução social. Trata-se de pesquisa bibliográfica de natureza teórica, fundamentada na tradição marxista e nas formulações contemporâneas da teoria da reprodução social. Busca-se demonstrar que a compreensão da escola como parte integrante da totalidade social permite superar visões simplificadoras e evidenciar seu papel simultaneamente reprodutivo e potencialmente formativo.

Ao situar a escola no interior da dinâmica da reprodução social, pretende-se contribuir para o debate educacional contemporâneo, oferecendo uma análise que articule economia política, teoria social e reflexão pedagógica. Mais do que classificar a escola como instrumento de dominação ou espaço de emancipação, importa compreender as mediações que a configuram como espaço de disputa no interior da sociabilidade capitalista. É nessa tensão — entre formar e reproduzir — que se inscrevem os limites estruturais e as possibilidades históricas da educação escolar.

Além disso, a compreensão da escola a partir da teoria unitária da reprodução social exige situá-la no movimento histórico das crises e reestruturações do capitalismo contemporâneo. A intensificação da lógica neoliberal, a mercantilização das políticas educacionais e a incorporação de dispositivos gerenciais à organização escolar não constituem fenômenos externos à instituição, mas expressões de transformações mais amplas no regime de acumulação. Conforme argumenta Nancy Fraser, as crises do capitalismo contemporâneo revelam tensões internas entre produção e reprodução, deslocando custos sociais para as esferas responsáveis

pela manutenção da vida. Nesse contexto, a escola passa a operar sob crescente pressão por eficiência, desempenho e adaptação ao mercado, ao mesmo tempo em que lhe são atribuídas funções ampliadas de compensação social e inclusão, aprofundando seu caráter contraditório.

Sob essa perspectiva, o ambiente escolar pode ser entendido como mediação concreta na qual se condensam determinações estruturais e experiências cotidianas. A formação escolar participa da constituição da subjetividade necessária à reprodução das relações capitalistas, mas também pode possibilitar a apropriação crítica do conhecimento historicamente produzido, abrindo fissuras no interior da hegemonia. A contradição não reside apenas nos discursos ou nas políticas educacionais, mas na própria forma social que organiza a educação como parte da reprodução ampliada do capital. Assim, analisar a escola “entre a formação e a reprodução” implica reconhecê-la como espaço atravessado por conflitos sociais, onde se expressam tanto os imperativos da acumulação quanto as potencialidades de contestação inscritas na luta de classes.

## FUNDAMENTOS DA TEORIA UNITÁRIA MARXISTA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

A compreensão da escola a partir da teoria unitária marxista da reprodução social exige, antes de tudo, situar a própria noção de reprodução no interior da crítica da economia política. Em “O Capital”, Karl Marx (2013) demonstra que o processo capitalista de produção é simultaneamente um processo de reprodução. Ao analisar o circuito do capital, o autor afirma que “o processo de produção capitalista, considerado em seu conjunto, é ao mesmo tempo processo de reprodução” (Marx, 2013, p. 690). Tal afirmação indica que o capital não produz apenas mercadorias, mas reproduz as próprias condições sociais que tornam possível sua continuidade, entre elas a existência de trabalhadores ‘livres’ e despossuídos dos meios de produção.

Nesse sentido, a reprodução da força de trabalho ocupa papel central. Marx (2013) observa que a força de trabalho deve ser constantemente mantida e renovada, o que implica não apenas o consumo individual do trabalhador, mas também a reprodução de novas gerações aptas ao trabalho assalariado. Ainda que Marx (2013) não tenha desenvolvido sistematicamente uma teoria da reprodução social em termos contemporâneos, sua análise abre caminho para compreender que a manutenção da vida, da socialização e da formação dos indivíduos constitui dimensão interna ao processo de acumulação capitalista.

É nesse horizonte que se insere a formulação da teoria unitária da reprodução social, desenvolvida de maneira sistemática por Lise Vogel. Em *Marxism and the Oppression of Women*, Vogel (2013) argumenta que a opressão das mulheres deve ser compreendida a partir de sua posição na reprodução da força de trabalho, articulando produção e reprodução como momentos diferenciados de uma mesma totalidade social. Para a autora, a reprodução social não constitui esfera autônoma ou

externa ao capital, mas condição necessária à sua própria existência. A centralidade da reprodução da força de trabalho desloca a análise das relações familiares ou domésticas isoladas para a estrutura da acumulação capitalista.

Essa abordagem foi posteriormente ampliada por autoras como Tithi Bhattacharya (2017), que sustenta que a teoria da reprodução social permite compreender a sociedade capitalista como “uma totalidade integrada, na qual produção e reprodução são mutuamente constitutivas” (Bhattacharya, 2017). Ao rejeitar a separação rígida entre economia e esfera social, a teoria unitária evidencia que instituições como a família, o sistema de saúde e a escola desempenham papel estruturante na manutenção da força de trabalho e na reprodução das relações de classe.

De modo semelhante, Nancy Fraser (2016) argumenta que o capitalismo depende de esferas que ele próprio tende a desestabilizar. Para a autora, há uma “contradição estrutural entre a acumulação de capital e a reprodução social” (Fraser, 2016), pois a dinâmica expansiva do mercado frequentemente corrói as bases materiais que sustentam a vida social. Essa tensão revela que a reprodução social não é um simples pano de fundo da economia, mas dimensão constitutiva e contraditória da própria dinâmica capitalista.

A teoria unitária, portanto, distingue-se de abordagens dualistas que concebem produção e reprodução como esferas independentes ou hierarquicamente separadas. Ao contrário, sustenta que ambas integram a totalidade das relações sociais, articuladas pela lógica da acumulação. Tal perspectiva recupera a categoria marxiana de totalidade, segundo a qual as diferentes dimensões da vida social só podem ser compreendidas em sua inter-relação dinâmica. Como observa István Mészáros (2008), o capital constitui um “sistema sociometabólico” que subordina as múltiplas esferas da vida à lógica da valorização. A reprodução social, nesse quadro, não escapa à determinação do capital, ainda que também seja espaço de conflitos e resistências.

Desse modo, a teoria unitária da reprodução social fornece base analítica para compreender instituições educacionais como parte integrante do processo de reprodução ampliada do capital. A escola participa da formação das capacidades intelectuais e técnicas necessárias ao trabalho, mas também da internalização de normas disciplinares, temporalidades produtivas e disposições subjetivas compatíveis com o trabalho assalariado. Não se trata de afirmar uma função puramente instrumental da educação, mas de situá-la no interior da totalidade contraditória que caracteriza a sociabilidade capitalista.

Ao enfatizar a unidade entre produção e reprodução, a teoria unitária permite superar tanto leituras economicistas quanto abordagens culturalistas da educação. A escola não é mero reflexo da economia, nem esfera autônoma de formação simbólica; é mediação concreta através da qual se articulam as exigências da acumulação e as lutas sociais que atravessam a sociedade. Compreender essa mediação é condição para analisar, no tópico seguinte, as contradições específicas que configuram o ambiente escolar contemporâneo.

A contribuição de Lise Vogel é decisiva porque recoloca a questão da reprodução da força de trabalho no centro da análise marxista. Diferentemente das correntes que tratavam a opressão das mulheres como sistema paralelo ao capitalismo, Vogel (2013) argumenta que a reprodução social deve ser compreendida como momento estrutural da dinâmica capitalista. Segundo a autora, “a reprodução da força de trabalho constitui condição necessária para a continuidade da produção capitalista”. Isso implica reconhecer que atividades como cuidado, educação, alimentação, socialização e formação cultural não são exteriores à economia, mas integram o processo geral de reprodução do capital. A chamada “esfera doméstica”, portanto, não é um resíduo pré-capitalista, mas parte funcional — ainda que contraditória — da totalidade capitalista.

A partir dessa formulação, Tithi Bhattacharya aprofunda a noção de totalidade ao afirmar que a teoria da reprodução social permite compreender o capitalismo como um sistema que depende de múltiplas formas de trabalho, remuneradas e não remuneradas. Para a autora, “a produção de mercadorias e a produção da vida não são processos separados, mas momentos interdependentes do mesmo sistema” (Bhattacharya, 2017). Essa perspectiva desloca o foco da análise exclusivamente centrada no local de trabalho para abarcar instituições e práticas responsáveis pela produção cotidiana da vida social. Nesse sentido, a escola assume papel estratégico, pois participa diretamente da formação física, intelectual e moral da força de trabalho.

Já Nancy Fraser introduz a noção de “crise da reprodução social” para indicar que o capitalismo tende a desestabilizar as próprias condições que garantem sua continuidade. Ao expandir a lógica mercantil para esferas tradicionalmente não mercantilizadas, o capital intensifica a pressão sobre instituições responsáveis pela manutenção da vida. Fraser (2016) sustenta que há uma contradição estrutural entre acumulação e reprodução, uma vez que a busca incessante por valorização tende a corroer os suportes materiais e institucionais que sustentam a força de trabalho. Tal diagnóstico é particularmente relevante para a análise da educação, sobretudo diante da crescente mercantilização do ensino, da precarização do trabalho docente e da subordinação curricular às demandas do mercado.

De modo convergente, Cinzia Arruzza (2019) argumenta que a teoria unitária permite superar a fragmentação analítica entre classe, gênero e outras formas de opressão, compreendendo-as como dimensões articuladas da reprodução capitalista. Para Arruzza (2019), a opressão de gênero não constitui sistema autônomo, mas forma específica através da qual se organiza a reprodução da força de trabalho em determinadas condições históricas. Essa leitura tem implicações diretas para o campo educacional, na medida em que a escola participa da produção e naturalização de hierarquias sociais, ao mesmo tempo em que pode se tornar espaço de contestação dessas mesmas hierarquias.

Outro elemento central da teoria unitária é a compreensão ampliada de trabalho. Ao reconhecer que o trabalho necessário à reprodução da vida não se restringe ao trabalho assalariado direto, a TRS evidencia que a produção da força de trabalho envolve processos pedagógicos formais e informais. A educação escolar,

nesse contexto, não apenas transmite conteúdos técnicos, mas contribui para a formação de disposições subjetivas, competências cognitivas e hábitos disciplinares compatíveis com a organização capitalista do trabalho. Como já indicava Marx (2013) ao tratar da formação do trabalhador coletivo, o capital necessita de corpos e mentes moldados às exigências da produção.

Assim, a teoria unitária da reprodução social amplia a crítica da economia política ao incorporar a análise das instituições responsáveis pela manutenção e formação da vida social. A escola emerge, nesse quadro, como espaço estratégico da reprodução social: nela se articulam processos de qualificação da força de trabalho, socialização normativa e produção de consenso. Contudo, por integrar a totalidade contraditória da sociabilidade capitalista, a instituição escolar não pode ser reduzida a mero instrumento de dominação. Ela constitui mediação histórica na qual se expressam tanto os imperativos da acumulação quanto as lutas e resistências que atravessam a reprodução social.

Esse enquadramento teórico permite avançar para a análise do ambiente escolar não como esfera isolada, mas como momento específico da reprodução social capitalista. A partir dessa base, torna-se possível investigar como as contradições estruturais entre produção e reprodução se manifestam concretamente na organização escolar, nas políticas educacionais e nas práticas pedagógicas.

A partir das formulações apresentadas, é possível afirmar que a teoria unitária marxista da reprodução social não se limita a acrescentar a “esfera reprodutiva” à análise econômica tradicional, mas redefine o próprio modo de compreender a dinâmica capitalista. Ao reconhecer que a produção da vida é condição estrutural da produção de valor, a TRS recoloca a reprodução da força de trabalho no centro da crítica da economia política. Tal movimento implica compreender instituições sociais — como família, sistema de saúde e educação — como momentos constitutivos da totalidade capitalista. Não se trata, portanto, de instâncias periféricas ou secundárias, mas de dimensões indispensáveis à continuidade da acumulação.

Nesse sentido, a categoria de totalidade, presente na tradição marxista desde Karl Marx, assume papel metodológico decisivo. A escola não pode ser analisada como fenômeno isolado, nem como mero reflexo automático da base econômica, mas como mediação concreta na qual se articulam determinações estruturais e práticas sociais específicas. A teoria unitária oferece justamente essa chave interpretativa: produção e reprodução não constituem esferas separadas, mas momentos de um mesmo processo sociometabólico, atravessado por contradições internas. Como destaca István Mészáros (2008), o capital organiza a totalidade da vida social segundo a lógica da valorização, subordinando progressivamente as diversas esferas da existência humana.

Entretanto, se a reprodução social é condição do capital, ela também é espaço de conflito. A própria necessidade de manter e formar a força de trabalho abre margem para disputas acerca do conteúdo, das formas e dos sentidos da formação social. Como indicam Tithi Bhattacharya (2017) e Nancy Fraser (2016), as crises contemporâneas evidenciam que o capital tende a tensionar e precarizar as bases materiais da reprodução, intensificando contradições que se expressam nas

instituições sociais. A educação escolar, nesse cenário, torna-se campo privilegiado para observar tais tensões, uma vez que nela se articulam processos de qualificação para o trabalho, formação cultural e socialização política.

Desse modo, a teoria unitária da reprodução social fornece o fundamento teórico necessário para compreender a escola não apenas como aparelho ideológico ou mecanismo de qualificação técnica, mas como espaço estruturalmente inserido na reprodução ampliada do capital. A formação escolar participa simultaneamente da constituição da força de trabalho e da produção de subjetividades compatíveis com a ordem social vigente, ao mesmo tempo em que podem possibilitar a apropriação crítica do conhecimento historicamente acumulado. Essa dupla determinação não é acidental, mas expressão da própria contradição que atravessa a totalidade capitalista.

É precisamente a partir desse enquadramento que se torna possível avançar para a análise do ambiente escolar como espaço de tensão entre formação humana e reprodução das relações sociais. No tópico seguinte, busca-se examinar como as determinações estruturais discutidas até aqui se manifestam concretamente na organização da escola, nas políticas educacionais e nas práticas pedagógicas, evidenciando as contradições que configuram a instituição escolar contemporânea. A escola será, então, analisada “entre a formação e a reprodução”, como território de disputa inscrito na dinâmica da reprodução social capitalista.

## **REPRODUÇÃO E RUPTURA: A ESCOLA COMO MEDIAÇÃO NA TOTALIDADE DA REPRODUÇÃO SOCIAL**

A análise da escola como momento da reprodução social exige situá-la na categoria de mediação, entendida no interior da totalidade das relações sociais capitalistas. Em Karl Marx (2013), a produção da vida material constitui o fundamento da organização social, sendo a reprodução das condições de existência parte integrante desse processo. Como afirma Marx (2013, p. 90), “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral”. Assim, a escola não pode ser compreendida como esfera autônoma ou neutra, mas como instância articulada às necessidades históricas da produção e reprodução da força de trabalho.

A categoria de totalidade, desenvolvida por György Lukács (2012), aprofunda essa perspectiva ao sustentar que os fenômenos sociais só podem ser compreendidos adequadamente quando situados na dinâmica global das relações de classe. Para Lukács (2012), a totalidade é a categoria central do método marxista, pois permite apreender a unidade contraditória entre as diversas esferas da vida social. Nesse sentido, a escola constitui um complexo relativamente autônomo, mas estruturalmente determinado pela lógica da acumulação capitalista. Sua função formativa está vinculada tanto à qualificação técnica quanto à conformação subjetiva necessária à reprodução da sociabilidade vigente.

A Teoria da Reprodução Social, particularmente na formulação de Lise Vogel (2013), contribui decisivamente para essa compreensão ao recolocar a reprodução da força de trabalho no centro da análise marxista. Vogel (2013) argumenta que a reprodução social envolve um conjunto de atividades e instituições responsáveis pela renovação física, social e geracional da classe trabalhadora. A escola integra esse complexo ao participar da formação intelectual, moral e disciplinar dos sujeitos, garantindo condições para sua inserção no mercado de trabalho. Trata-se, portanto, de uma dimensão estruturante do próprio processo de acumulação.

Entretanto, a reprodução social não se realiza de forma linear ou harmônica. Conforme destaca Tithi Bhattacharya (2017), a reprodução da vida sob o capitalismo é atravessada por contradições profundas, uma vez que o capital depende da vida que simultaneamente precariza. A escola, enquanto instituição central nesse processo, expressa tais tensões: ao mesmo tempo em que prepara para o trabalho assalariado, também revela as desigualdades estruturais que marcam a sociedade de classes. A promessa meritocrática que sustenta grande parte do discurso educacional entra em choque com as condições materiais desiguais de acesso e permanência.

Nessa direção, Susan Ferguson (2019) ressalta que as instituições de reprodução social são espaços estratégicos de disputa política, pois organizam dimensões fundamentais da vida cotidiana. A escola, ao regular tempos, comportamentos, conteúdos e avaliações, contribui para a produção de subjetividades adaptadas à disciplina do trabalho assalariado. Contudo, é também nesse espaço que emergem resistências, questionamentos e experiências coletivas que podem tensionar a ordem estabelecida.

A análise da escola como terreno de disputa aproxima-se da concepção de hegemonia elaborada por Antonio Gramsci. Para Gramsci (2001), a escola integra os aparelhos privados de hegemonia, participando da formação do consenso social. Todavia, essa função não elimina seu caráter contraditório. Ao discutir a escola unitária, Gramsci (2001) defende uma formação que desenvolva a capacidade crítica dos sujeitos, indicando que o espaço escolar pode ultrapassar sua função meramente adaptativa. A hegemonia, nesse sentido, é sempre processo em disputa.

Desse modo, a escola deve ser compreendida como mediação que condensa determinações estruturais e práticas concretas. De um lado, responde às exigências do capital por força de trabalho qualificada e disciplinada; de outro, reúne coletivamente sujeitos atravessados pelas contradições sociais, possibilitando a emergência de consciência crítica. Essa ambivalência decorre do próprio caráter contraditório da reprodução social: ao formar sujeitos capazes de operar com conhecimentos científicos e reflexivos, a escola cria também condições para a problematização das bases materiais que limitam a realização plena dessas capacidades.

Assim, a contradição fundamental que atravessa o ambiente escolar reside na coexistência entre formação e reprodução. A universalização formal da educação, celebrada como conquista civilizatória, convive com desigualdades estruturais que restringem seu potencial emancipador. A escola é, simultaneamente, mecanismo

de estabilização da ordem social e espaço possível de ruptura. Compreendê-la como mediação na totalidade da reprodução social permite evitar tanto a leitura funcionalista — que a reduz a aparelho ideológico — quanto a perspectiva idealista — que a toma como esfera autônoma de emancipação.

Essa compreensão abre caminho para a análise das expressões concretas dessas contradições no cotidiano escolar contemporâneo, considerando as políticas educacionais, as condições de trabalho docente e as formas de resistência que emergem no interior das instituições educativas. É nesse movimento entre determinação estrutural e prática social que se inscreve a possibilidade histórica de transformação.

A apreensão da escola como mediação na totalidade da reprodução social exige retomar o fundamento ontológico da crítica marxiana. Em Karl Marx, a produção da vida material constitui o pressuposto de toda organização social. Como afirma Marx (2013, p. 90): “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral”. Essa formulação indica que as instituições sociais — entre elas a escola — não podem ser compreendidas como instâncias autônomas ou meramente culturais. Elas integram o conjunto de relações que asseguram a reprodução das condições materiais de existência. A educação escolar, nesse sentido, participa da produção e da reprodução da força de trabalho, não apenas em sua dimensão técnica, mas também moral, ideológica e disciplinar.

A categoria de totalidade, desenvolvida por György Lukács (2012), permite aprofundar essa compreensão. Para o autor, a totalidade é a “categoria determinante” do método marxista, pois possibilita compreender cada fenômeno social como momento de um complexo articulado e contraditório. A escola, enquanto complexo relativamente autônomo, encontra-se organicamente vinculada às necessidades da acumulação capitalista. Sua função formativa deve ser analisada não de maneira isolada, mas em conexão com a divisão social do trabalho, com o Estado e com a dinâmica da luta de classes.

A Teoria da Reprodução Social (TRS) recoloca essa discussão em novos termos ao enfatizar que a reprodução da força de trabalho é condição indispensável à continuidade da acumulação. Em Lise Vogel, a reprodução social não se limita ao âmbito doméstico, mas abrange o conjunto de processos e instituições que asseguram a renovação geracional da classe trabalhadora. A autora afirma que “[...] a reprodução da força de trabalho é um momento necessário da reprodução do capital como um todo” (Vogel, 2013, p. 143). A escola insere-se exatamente nesse ponto nodal: ela contribui para a formação intelectual, a socialização normativa e a preparação técnica dos indivíduos que ingressarão no mercado de trabalho. Contudo, ao mesmo tempo, participa da naturalização das hierarquias sociais, apresentando desigualdades estruturais como diferenças individuais de desempenho.

Ao ampliar essa reflexão, Tithi Bhattacharya (2017) argumenta que a reprodução social é o “terreno oculto” sobre o qual se sustenta a exploração capitalista. Para a autora, o capital depende da produção cotidiana da vida — alimentação, cuidado, educação, formação —, ainda que tenda a desvalorizar

essas esferas. Em suas palavras: “a produção de mercadorias e a produção da vida são partes de uma mesma totalidade social” (Bhattacharya, 2017, p. 4). Se a produção da vida integra a totalidade social, a escola não pode ser vista apenas como transmissora de conteúdos, mas como espaço onde se organiza a formação da subjetividade necessária à reprodução do trabalho assalariado. O currículo, as práticas avaliativas e a organização disciplinar do tempo escolar refletem exigências mais amplas de racionalização e controle.

Entretanto, a TRS não reduz essas instituições a mecanismos funcionais do capital. Ao contrário, enfatiza seu caráter contraditório. Susan Ferguson (2019) destaca que as instituições de reprodução social são também locais de conflito, pois concentram necessidades humanas que frequentemente entram em choque com as exigências da acumulação. A escola, nesse sentido, revela uma tensão estrutural: deve formar sujeitos críticos e capazes de operar com o conhecimento científico, mas está inserida em uma ordem social que restringe materialmente o acesso universal às condições de desenvolvimento pleno dessas capacidades.

Essa contradição aproxima-se da leitura de Antonio Gramsci acerca da hegemonia. Para Gramsci (2001), a escola é um dos principais espaços de construção do consenso, integrando os aparelhos responsáveis pela direção moral e intelectual da sociedade. Todavia, o autor também vislumbra a possibilidade de uma escola unitária que supere a cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, desenvolvendo a autonomia crítica dos estudantes. A formação escolar, portanto, pode operar tanto como instrumento de consolidação da hegemonia quanto como elemento de sua contestação.

Ao articular essas contribuições, torna-se evidente que a escola é uma mediação fundamental na totalidade da reprodução social. Ela organiza o processo pelo qual novas gerações são integradas às relações sociais existentes. No entanto, essa integração não ocorre sem fraturas. A universalização formal da educação, característica das sociedades capitalistas contemporâneas, convive com desigualdades de classe, raça e gênero que atravessam o ambiente escolar. A promessa meritocrática — segundo a qual o sucesso escolar dependeria exclusivamente do esforço individual — encobre as determinações estruturais que condicionam trajetórias educacionais.

Nesse ponto, a TRS oferece ferramenta analítica decisiva: ao compreender a reprodução social como parte constitutiva da acumulação, revela que as desigualdades educacionais não são disfunções do sistema, mas expressões de sua lógica interna. A segmentação escolar, a precarização do trabalho docente e a padronização curricular não podem ser analisadas isoladamente; elas correspondem a formas específicas de organizar a reprodução da força de trabalho em contextos históricos determinados.

Todavia, justamente por concentrar sujeitos que vivenciam coletivamente essas contradições, a escola pode tornar-se espaço de elaboração crítica. A experiência concreta da desigualdade, quando mediada por práticas pedagógicas comprometidas com a formação omnilateral, pode contribuir para a construção de consciência social. A mediação escolar, portanto, não é unívoca: ela reproduz, mas também pode tensionar a ordem existente.

A escola situa-se, assim, em um ponto estratégico da luta de classes contemporânea. Enquanto momento da reprodução social, participa da manutenção da sociabilidade capitalista; enquanto espaço de formação intelectual e convivência coletiva, pode favorecer processos de ruptura. Reconhecer essa dualidade evita tanto a perspectiva determinista — que a reduz a aparelho ideológico sem fissuras — quanto o idealismo pedagógico — que a concebe como esfera autônoma capaz de emancipação isolada das condições materiais.

É nesse movimento contraditório entre reprodução e possibilidade de ruptura que se inscreve o papel histórico da escola. Compreendê-la como mediação na totalidade da reprodução social permite evidenciar que suas contradições não são acidentais, mas estruturais. Ao mesmo tempo, revela que toda reprodução carrega em si a potencialidade de transformação, uma vez que forma sujeitos que podem intervir conscientemente nas condições que os constituem.

Ao situar a escola na totalidade da reprodução social, evidencia-se que suas contradições não decorrem de falhas administrativas ou meros déficits pedagógicos, mas da própria estrutura da sociabilidade capitalista. A reprodução da força de trabalho — em sua dimensão técnica, cultural e subjetiva — constitui condição indispensável à continuidade da acumulação, mas essa reprodução ocorre sob limites estruturais que restringem o desenvolvimento pleno das capacidades humanas. Como observa Lise Vogel (2013), a reprodução social está intrinsecamente vinculada às necessidades do capital, ainda que não se reduza mecanicamente a elas. A escola, nesse sentido, participa de um processo contraditório: forma para integrar, mas também fornece instrumentos intelectuais que podem questionar essa integração.

Além disso, ao compreender que “a produção de mercadorias e a produção da vida são partes de uma mesma totalidade social” (Bhattacharya, 2017, p. 4), torna-se evidente que a educação escolar ocupa posição estratégica na dinâmica da luta de classes. Se a escola contribui para a formação da subjetividade necessária ao trabalho assalariado, também pode constituir espaço privilegiado de elaboração crítica das condições materiais que estruturam tal trabalho. A contradição não é externa à instituição; ela é constitutiva de sua própria função histórica.

Desse modo, a análise desenvolvida neste tópico permite afirmar que a escola não deve ser concebida nem como simples aparelho ideológico totalmente funcional ao capital, nem como esfera autônoma de emancipação. Trata-se de uma mediação concreta, atravessada por determinações estruturais e por práticas sociais que podem, em determinadas circunstâncias históricas, tensionar a ordem vigente. A formação escolar, ao desenvolver capacidades cognitivas, linguísticas e científicas, cria condições objetivas para a crítica, ainda que essas condições encontrem limites nas desigualdades materiais que caracterizam a sociedade capitalista.

É precisamente nessa tensão entre reprodução e possibilidade de ruptura que se inscreve o debate central deste estudo. Se a escola é momento constitutivo da reprodução social, suas contradições revelam não apenas os mecanismos de manutenção da ordem, mas também as fissuras por meio das quais se pode vislumbrar sua superação. Assim, as considerações finais retomarão esse percurso

analítico, sintetizando as determinações estruturais discutidas e apontando para os desafios teórico-políticos colocados à educação no interior da luta pela transformação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar as contradições do ambiente escolar a partir da Teoria Unitária Marxista da Reprodução Social, compreendendo a escola como mediação inserida na totalidade das relações sociais capitalistas. Ao longo do percurso teórico, buscou-se demonstrar que a instituição escolar não pode ser interpretada de forma isolada, seja como esfera neutra de formação cultural, seja como simples aparelho ideológico plenamente funcional ao capital. Sua determinação histórica decorre de sua inserção no processo mais amplo de produção e reprodução da vida social.

A partir de Karl Marx (2013), evidenciou-se que a produção material da existência condiciona as formas políticas, jurídicas e ideológicas da sociedade. A escola, nesse quadro, participa da reprodução das condições necessárias à continuidade da acumulação, contribuindo para a formação técnica e subjetiva da força de trabalho. A categoria de totalidade, desenvolvida por György Lukács (2012), permitiu situar a instituição escolar como complexo relativamente autônomo, mas estruturalmente articulado à dinâmica da luta de classes.

O diálogo com a Teoria da Reprodução Social — particularmente com Lise Vogel (2013), Tithi Bhattacharya (2017) e Susan Ferguson (2019) — possibilitou aprofundar a compreensão da escola como parte integrante do conjunto de práticas e instituições responsáveis pela renovação geracional da classe trabalhadora. A reprodução social, longe de constituir esfera secundária ou externa à acumulação, revela-se momento necessário da reprodução do capital. Nesse sentido, as desigualdades educacionais, a segmentação escolar e a precarização do trabalho docente não são anomalias do sistema, mas expressões de suas determinações estruturais.

Entretanto, a análise também permitiu afirmar que a reprodução social é atravessada por contradições. A escola, ao formar sujeitos capazes de operar com conhecimentos científicos e desenvolver capacidades críticas, cria condições objetivas que podem tensionar a própria ordem que contribui para reproduzir. A universalização formal do acesso à educação amplia o contato com saberes historicamente produzidos, ainda que esse acesso se dê sob condições desiguais. Essa ambivalência revela que a instituição escolar é simultaneamente espaço de conformação e de potencial contestação.

Ao recuperar a perspectiva de Antonio Gramsci (2001), reforçou-se a compreensão da escola como terreno de disputa hegemônica. A formação intelectual não é neutra; ela integra o processo de construção do consenso social. Contudo, exatamente por participar da disputa pela direção moral e cultural da sociedade, a escola pode também constituir espaço estratégico de elaboração de projetos contra-hegemônicos.

As contradições do ambiente escolar, portanto, não são meramente pedagógicas ou administrativas. Elas expressam tensões próprias da sociabilidade capitalista, marcada pela necessidade de reproduzir a força de trabalho e, simultaneamente, limitar o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas. Compreender a escola como mediação na totalidade da reprodução social permite superar tanto análises funcionalistas quanto perspectivas idealistas, situando-a no interior das determinações históricas concretas.

Por fim, a reflexão desenvolvida aponta para um desafio central: pensar a educação para além dos limites impostos pela lógica da acumulação. Se a escola é momento constitutivo da reprodução social, sua transformação não pode ser concebida de maneira isolada das condições materiais que a estruturam. Contudo, as práticas pedagógicas, as lutas docentes e estudantis e os processos coletivos de organização revelam que o ambiente escolar pode tornar-se espaço de construção de consciência crítica e de articulação política.

Assim, entre formação e reprodução, a escola permanece atravessada por uma tensão histórica fundamental. É nessa tensão que se inscrevem tanto seus limites quanto suas possibilidades. Reconhecer seu caráter contraditório constitui passo indispensável para situar a educação no horizonte mais amplo da transformação social.

## REFERÊNCIAS

- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Social reproduction theory: remapping class, recentring oppression**. London: Pluto Press, 2017.
- FERGUSON, Susan. **Women and work: feminism, labour, and social reproduction**. London: Pluto Press, 2019.
- FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. **New Left Review**, n. 100, p. 99–117, 2016.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- VOGEL, Lise. **Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory**. Chicago: Haymarket Books, 2013.